

BARROSO, J. ; AFONSO, Natércio (Org.). **Políticas Educativas:**
mobilização de conhecimentos e modos de regulação.
Fundação Manoel Leão: Portugal, 2011.

BARROSO, J. ; AFONSO, Natércio (Org.). **Education Policies:**
knowledge mobilization and modes of regulation. Fundação
Manoel Leão: Portugal, 2011.

Mariléia Maria SILVA¹
Ester KONIG²

O livro *Políticas Educativas: mobilização de conhecimentos e modos de regulação*, organizado por João Barroso e Natércio Afonso, publicado pela Fundação Manoel Leão em 2011, além de apresentar um conjunto de pesquisas ancoradas nos estudos sobre os modos de regulação e a produção de conhecimentos, tema em si instigante, revela uma gama de possibilidades de buscar fontes documentais, seus modos de tratamento e de análises. Portanto nos deparamos com uma produção que pode ser reconhecida, não apenas por seu valor analítico, mas também metodológico.

A presente obra é composta por seis capítulos, cujo fio condutor constitui-se pelo diálogo fecundo entre modo de regulação, conhecimento e políticas públicas, temática, aliás, fundamental para adentrar no debate sobre o papel do Estado como provedor das políticas públicas em um momento em que o modelo de Estado de Bem-Estar Social cede lugar a uma concepção de estado mais afeita à lógica contemporânea de acumulação capitalista na qual as políticas públicas adquirem uma nova racionalidade.

João Barroso, um dos organizadores da obra, assina o primeiro capítulo *Conhecimento e ação pública: as políticas sobre a gestão e autonomia das escolas em*

1 Doutora em Educação (UFSC), Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação FAED/UEDESC Área de pesquisa; Trabalho e Educação; Políticas Educacionais; Tecnologia e Educação. End.: Rua Florenza, n. 75, Ap. 406, Córrego Grande. Cep: 88037- 632. E-mail: <marileiamaria@hotmail.com>.

2 Graduação em Psicologia, mestranda em Educação (FAED/UEDESC), bolsista da CAPES, Linha de pesquisa: Educação, Comunicação e Tecnologia. End.: Av. Lédio João Martins, 888, Ap. 202, Kobrasol, São José, SC. Cep: 88101-101. E-mail: <koning.ester@hotmail.com>.

Portugal (1986-2008). O autor parte da análise das convergências e divergências na evolução das políticas de autonomia e gestão escolar desde 1986, seguida da demonstração da diversidade de referências presentes ao longo do período investigado e o balanço por meio das quais tais políticas são aplicadas. Conclui que no contexto de uma determinada ação pública, a articulação entre conhecimento e política está intensamente implicada pela interação de fatores como: os tipos de conhecimentos mobilizáveis, a natureza das políticas, os tipos de atores e os modos de regulação. Para o autor as políticas acabam por incidir sobre o regulamento jurídico, que por sua vez define as estruturas e modos de gestão das escolas. Finalmente, ressalta que é em um quadro de regulação centralizada e burocrática coexistindo com a emergência de modos de regulação pós-burocrática que tais políticas são avaliadas e postas em prática.

No segundo capítulo, *Autonomia e gestão escolar: os debates parlamentares em Portugal (1986-2008)*, Carla Menitra apresenta a análise dos resultados de uma pesquisa desenvolvida no quadro de elaboração de sua dissertação de mestrado em Ciências da Educação, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. O presente estudo está centrado na Assembleia da República, objetivando analisar o discurso político sobre a temática da *autonomia e gestão escolar*, entre os anos de 1986 a 2008. A autora utiliza como fonte os *Diários da Assembleia da República (DAR)*, onde constam, na íntegra, os discursos políticos das sessões plenárias do período em análise. Menitra destaca a importância que o tema da autonomia e gestão escolar alcançou na agenda parlamentar e, em alguma medida, condicionada pela agenda política do Governo, porém avalia que essa temática também foi referenciada em intervenções tendo em vista outros contextos. Seus estudos apontam que os argumentos utilizados pelos parlamentares em seus discursos são fundamentados não tanto em política, mas em um saber profissional de origem e/ou o apelo à autoridade, representado por aqueles que detinham ligações mais fortes com a classe profissional docente.

O terceiro capítulo, *A contratualização como instrumentação da ação pública*, de autoria de José Hipólito, trata de uma pesquisa que busca contextualizar, por meio de entrevistas com atores-chaves e outros documentos públicos, a realização dos chamados contratos de autonomia, enquanto instrumento de ação pública que visam modos de regulação. O capítulo está dividido em três partes, sendo a primeira referente a uma análise teórica do que vem a ser o novo quadro de *Estado Contratual*. O autor contextualiza as políticas constitutivas de Portugal, localizando sua importância para a redistribuição de problemas políticos que, outrora, ficavam à disposição do poder do Estado, e que podem ser geridas por outras instituições mediante a criação de contratos públicos. Em uma segunda parte do capítulo, Hipólito apresenta os resultados dos

contratos de autonomia implementados nas escolas portuguesas. O autor faz uma bela descrição de como foi realizado todo o processo para implantação destes contratos em algumas escolas que fizeram parte do projeto-piloto, desde a construção dos contratos em busca de compromissos possíveis até o momento de negociação das cláusulas apresentadas pelas escolas ao Ministério da Educação. Muitos dos objetos contratuais solicitados pelas escolas eram difíceis de negociar, seja por falta de recursos públicos financeiros, ou por serem objetos que iam de encontro a outros enquadramentos legais do governo, causando um impedimento. Como considerações finais, Hipólito sintetiza rapidamente todo o processo da contratualização da autonomia, ressaltando o papel do Grupo de Trabalho para a Avaliação das Escolas (GTAE) como um dos importantes atores, uma vez que a avaliação externa é fundamental para se perceber as possíveis melhorias demandadas pela escola. Além disso, ressalta que apesar da conclusão do processo de elaboração dos contratos demonstrarem ser um bom exemplo de *Estado Contratual*, as muitas dificuldades encontradas em sua construção indicam que esta nova modalidade de governo é difícil de colocar em prática quando muito dominada por uma administração pública ainda em um modelo burocrático e centralizado, como o de Portugal.

O quarto capítulo, *Educação sexual: análise cognitiva de uma política pública*, de autoria de Carla Cibele Figueiredo, resulta de uma investigação intitulada *Redes Sociais e Políticas, genealogias das políticas de Educação Sexual*, vinculada ao programa de Doutorado em Educação, especialização em Administração e Política Educacional. O capítulo, que traz parte dos dados da pesquisa que vem sendo realizada, tem a finalidade de evidenciar os diversos referenciais e paradigmas que se confrontam quando se trata do tema Educação Sexual, buscando destacar as controvérsias geradas pelos diversos atores envolvidos no processo de ação pública. O capítulo se divide em três partes. Na primeira sessão, ao buscar evidenciar as características de sua pesquisa, a autora ressalta que seu estudo tem um recorte de tempo compreendido entre 1984 e 2009, justificando o início desse recorte pela primeira legislação aprovada sobre Educação Sexual, e o final pela última legislação aprovada sobre o tema. Outros conceitos de destaque trazidos nessa parte do texto são sobre *atores estatais e não estatais*, que se referem aos sujeitos com quem é realizado o estudo e também sobre *paradigmas*, compreendidos pela pesquisadora como um universo de sentidos. Na segunda parte do texto, Figueiredo evidencia as principais ideias trazidas pelos atores entrevistados, destacando três paradigmas: biomédico, psicossocial e sociopolítico. Na terceira parte do capítulo, busca, por fim, destacar que a rede de atores analisada direciona-se, em sua maioria, a favor da Educação Sexual em meio escolar, e discorre sobre os discursos e o papel do Estado para a construção destas políticas.

O quinto capítulo, intitulado *A avaliação externa das escolas: um instrumento de regulação baseado no conhecimento*, elaborado por Natércio Afonso e Estela Costa, tem como foco discutir a avaliação externa das escolas com base em tecnologias utilizadas pelo governo, buscando orientar e moldar o comportamento dos atores vinculados à escola, também denominado de instrumento de regulação baseado em conhecimento (KbRT).

A pesquisa em questão trata de um estudo de caso realizado com um grupo de escolas portuguesas, por meio de entrevistas coletivas com a equipe de gestão das escolas, com grupos de professores e coordenadores de departamento e com a equipe que realizou a avaliação externa, além de documentos da Inspeção Geral da Educação (IGE), responsável pelas avaliações. Os autores dividem o capítulo em três partes, iniciando com uma descrição do contexto político português e europeu, destacando aspectos que evidenciam os processos de avaliação no país, tais como os Programas internacionais de avaliação e Desempenho (PISA ou OCDE) que reforçam o debate sobre a qualidade da educação, muitas vezes de forma equivocada. Na segunda parte do texto buscam contextualizar sobre o funcionamento das políticas de avaliações externas, focando o processo de avaliação, as diversas formas de inovações que buscam proporcionar mudanças, a questão da consensualidade da aplicação do instrumento por parte da escola e, por fim, abordam a questão da regulação da educação. Na última parte que compõe este capítulo, os autores destacam novamente o instrumento de regulação baseado no conhecimento. Abordam ao longo do texto a questão do papel dos atores e posteriormente sobre os tipos de conhecimentos envolvidos na avaliação, evidenciando também sua importância para a regulação.

O último capítulo, *Economia, política e regimes do conhecimento*, produzido por Éric Mangez, se refere a uma análise sobre o papel do conhecimento na relação com o processo político e também a maneira como as políticas têm contribuído para que o papel do conhecimento seja redefinido na sociedade. O autor reflete de forma breve sobre o que vem a ser a economia do conhecimento e, como esta vem modificando o modelo conceitual dos discursos políticos europeus. Posteriormente Mangez expõe em que medida a economia do conhecimento é capaz de modificar políticas ao incorporar novos discursos sobre conhecimento, redefinir seus atores centrais e atenuar as distâncias entre espaço e tempo. Nessa parte do texto o autor busca explicar que a gestão do conhecimento perpassa três fases distintas, sendo a primeira, tecnocrática, que mais traz modificações à esfera política. Por fim, o autor se propõe a uma análise breve sobre regimes de conhecimentos de países europeus como França, Inglaterra e Escócia, para posteriormente aprofundar a análise sobre o regime predominante na Bélgica. Tomando como base a análise comparativa destes

países, o autor busca expor o quanto os *pilares* sobre os quais cada país se constrói politicamente influenciam na maneira que significam o conhecimento.

Salientamos que a publicação em seu conjunto foi elaborada no âmbito do projeto de investigação *The role of knowledge in the construction and regulation of health and education policy in Europe: convergences and specificities among nations and sectors (Know andpol)* do qual são integrantes 12 equipes de oito países (Alemanha, Bélgica, França, Hungria, Noruega, Portugal, reino Unido, Romênia). Tal projeto teve início em outubro de 2006, sendo finalizado em setembro de 2011, com financiamento da União Europeia. Com isso, finalmente, ressaltamos que pela leitura da obra em sua totalidade foi possível visualizar um *jeito* de fazer pesquisa que consideramos sempre muito promissor, qual seja a pesquisa interinstitucional. Certamente a possibilidade de articular os resultados das pesquisas, considerando os diferentes cenários e contextos, permite um nível de aprofundamento e articulação cujo resultado é sempre medido em larga escala, como bem demonstrado na presente obra.

Recebimento em: 20/11/ 2012.

Aceite em: 20/12/2012.